

A formação docente por meio do estágio supervisionado

Notas de uma experiência

Brenda de Almeida Rodrigues¹

brendadealmeidar@gmail.com

Júnio Hora²

jhora1988@gmail.com

Eliane Telles de Bruim Vieira³

ebruim@yahoo.com.br

Resumo: Entender-se como docente é, sobretudo, se entender como sujeito crítico atuante no meio social. Por isso, colocar-se em ambiente *in loco* é de extrema relevância para a aprendizagem. A partir da experiência discente no Estágio Obrigatório Supervisionado em História no Centro de Atendimento ao Surdo no Estado do Espírito Santo (CAS) em Vitória, este artigo trará diálogos sobre como ocorre o processo de formação do professor, bem como a sua notoriedade, trazendo leituras de obras, como “Professora sim, tia não: Cartas para quem ousa ensinar” e “Pedagogia do Oprimido”, ambas de Paulo Freire (1997; 2018), para o aprofundamento de alguns pontos discutidos. Por meio de análises descritivas experiências na Instituição, suas rotinas e seus profissionais, os resultados apontam diversas formas de ensino, aprendizagem e atuação docente, consequentemente emergindo a importância e a defesa da existência do Centro de Atendimento ao Surdo para a comunidade surda.

Palavras-chave: Educação. Estágio supervisionado. Ensino-aprendizagem. CAS. Alunos surdos.

¹ Estudante de licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo.

² Professor no Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Viana. Atuação como docente substituto de Ensino de História na Universidade Federal do Espírito Santo (2018-2019). Estudante de Doutorado (Bolsista CAPES/UFES/2018-2022) e Mestre em Educação pela Universidade do Federal do Espírito Santo (Bolsista FAPES/UFES - 2017). Especialista em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB - DEDC X - 2013). Licenciatura Plena em História pela Universidade Anhanguera - Campus Taboão da Serra (Bolsista integral-PROUNI-SP - 2009). Desenvolve pesquisas em Ensino, Investimento em Educação, Legislações e Políticas Públicas da Educação Especial na Educação Básica e Superior.

³ Graduada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (1999). Especialização em História do Brasil/UFES (2000), Libras/FIJ (2010) e Gestão Escolar/UFES (2012). Mestre em Educação (PPGE/UFES), na área de Diversidades e Práticas Educacionais Inclusivas. Atualmente está cursando o Doutorado em Educação (PPGE/UFES), Linha de Pesquisa Educação Especial e Processos Inclusivos. Participante do Grupo de Pesquisa em Libras e Educação de Surdos (GIPLES/UFES). Professora concursada na Prefeitura Municipal de Vitória (2002), e na Secretaria Estadual de Educação (2005).

La formación de profesora por medio de la estancia supervisada

Resumen: Comprenderse a sí mismo como profesor es, ante todo, comprenderse a sí mismo como sujeto crítico que actúa en el entorno social. Por lo tanto, ubicarse en un entorno presencial es extremadamente relevante para el aprendizaje. A partir de la experiencia del alumno en la disciplina de Estancia Obligatoria Supervisada en Licenciatura de Historia en el Centro de Atención a Sordos del Estado de Espírito Santo en Vitória (CAS), este artículo traerá diálogos sobre cómo se da el proceso de formación docente, así como su notoriedad, aportando lecturas de obras, como “Maestra sí, tía no: Cartas para los que se atreven a enseñar” y “Pedagogía del oprimido”, ambas de Paulo Freire (1997; 2018), para la profundización de algunos puntos discutidos. A través de análisis cualitativos y descriptivos de la Institución, sus rutinas y sus profesionales, fue posible comprender las diferentes formas de enseñanza, aprendizaje y actuación docente, en consecuencia, surgió la importancia y defensa de la existencia del Centro de Atención a Sordos para la comunidad sorda.

Palavras-clave: Educación. Pasantía supervisada. Enseñanza-aprendizaje. CAS. Estudiantes sordos.

1 Introdução

Formar um profissional requer a aplicação de diversas etapas que o auxiliem a se entender de fato como agente atuante da área, e em se tratando da formação do professor, é necessário que ele compreenda de forma clara o importante papel e poder que possui na educação de pessoas e de suas histórias. Portanto, o estágio se torna um dos primeiros contatos com esse universo, trazendo experiências necessárias para que o docente em formação consiga visualizar o que é em prática o seu futuro ofício, os desafios, as lutas, os prazeres e as realizações.

Para este artigo, é importante destacar que o estágio aqui descrito foi realizado durante o período de férias da docente, visto a sua condição de estudante trabalhadora, que exerce diariamente seu ofício. Férias usufruídas a partir do regime de Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)⁴, não atuante no ambiente escolar. Sendo essa a única forma viável que proporcionou a prática da experiência do estágio, cuja relação de estudante trabalhadora, frequentando a universidade à noite, sendo a escola mais próxima da minha residência, facilitando meu deslocamento.

Durante esse processo, ocorreram diversos desafios, a começar pelo fato de estar na escola, num município diferente do qual a estagiária residia, às 07:30h da manhã, para realizar as refeições neste ambiente e permanecer até as 14:30h. Também ocorreu uma ampliação voluntária por mais horas, pois só assim haveria o acompanhamento de algumas atividades extremamente importantes, que não contemplavam o horário formal do estágio, como o recreio dos alunos e o intervalo dos professores.

Posteriormente ao término do dia de experiência na escola, fazia-se necessário o cumprimento do compromisso com a Universidade para as aulas regulares, ou seja, uma tarefa de equilíbrio dentro das reais possibilidades de uma estudante trabalhadora, de estar numa licenciatura e entrar em contato com a prática docente. Dessa forma, podemos refletir nas implicações que existem na formação universitária do aluno que é estudante trabalhador, e quais desafios o cercam para o seu desenvolvimento profissional.

Precisamos ter em vista que “[...] o contexto cultural do aluno trabalhador deve ser a ponte entre o seu saber [...]” e o espaço de Educação, seja escola ou universidade, que venha a

⁴ Decreto-lei nº 1.535, de 15 de abril de 1977- Capítulo IV Do Direito a Férias e da sua Duração.

proporcionar, ou seja, um mote formativo, “[...] evitando, assim, o desinteresse, os conflitos e a expectativa de fracasso que acabam proporcionando um alto índice de evasão” (GADOTTI; ROMÃO, 202, p. 121).

Este artigo trata das reflexões a partir do estágio em História, o CAS. Instituição de Ensino voltada para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ao surdo, mantida pela Secretaria Estadual de Educação (SEDU), com as características dos diversos ambientes disponíveis para o aprendizado e formação inicial.

Vamos debater sobre algumas percepções da relação pedagógica no espaço escolar, levando em consideração as implicações que os sujeitos sofrem, mediante os aspectos físicos do espaço; as metodologias; a comunidade que cerca esse ambiente; os materiais utilizados; sua organização na escola, bem como as observações feitas aos profissionais que atuam dentro e fora da sala de aula; levantamentos das turmas e alunos em suas idiossincrasias; os processos educacionais; além das descrições das aulas e de alguns alunos observados no decorrer do estágio. Todos esses pontos nos auxiliam a analisar como acontece a linha tênue de aprendizado aluno-professor-comunidade, pois:

[...] a questão fundamental, neste caso, está em que, faltando aos homens uma compreensão crítica da totalidade em que estão captando-a em pedaços nos quais não reconhecem a interação constituinte da mesma totalidade, não podem conhecê-la. E não o podem porque, para conhecê-la, seria necessário partir do ponto inverso. Isto é, lhes seria indispensável ter antes a visão totalizada dos elementos ou as parcialidades do contexto, através de cuja cisão voltariam com mais clareza à totalidade (FREIRE, 2018, p. 133).

Portanto, essa constância entre o todo e as partes contribuem para analisar a importância que os professores e futuros professores possuem na produção de conhecimento, compreendendo que há relação constante entre ensinar e aprender, na qual quem aprende ensina e quem ensina aprende, situação resultante de indivíduos em seus processos. Consequentemente, a defesa da existência da instituição intermediadora de tal feito, fruto da cisão de partes reconhecidas com sua significação, que consigo uma voz social ativa é um ponto de destaque.

Trata-se de realidades sociais, educacionais e econômicas distintas inerentes ao seu contato com a escola e ao seu desenvolvimento educacional, alavancando o senso crítico sob a ótica de como é direcionado o ensino a pessoas tão diferentes umas das outras e, ao mesmo tempo, tão semelhantes. Assim, geram-se diversos questionamentos, afinal como proporcionar

o melhor processo de ensino dentro desse antagonismo? É refletindo sobre essa e outras questões que a seguir algumas reflexões serão levantadas.

2 O estágio

A instituição de ensino escolhida para a realização do estágio foi o CAS, que não é de ensino regular e sim um apoio educacional aos alunos com deficiência auditiva, ou surdos, que concluíram ou não o ensino regular fundamental ou médio, atendendo a um total de 45 alunos⁵. As disciplinas ofertadas são: Ciências da Natureza I, Ciências Humanas, Matemática, Língua Portuguesa (escrita, como L² para surdos), Física, Química, Alfabetização, e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

O prédio que comporta o Centro possui três andares, sendo que o segundo é compartilhado por uma escola de Ensino Fundamental regular da Rede Municipal de Vitória, que atende crianças entre 05 a 11 anos de idade em dois turnos. O primeiro andar é ocupado pela escola onde foi realizado o estágio supervisionado. As aulas são ministradas no AEE em dois turnos: matutino e vespertino, das 8:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, respectivamente. E à noite, há curso de formação para professores que atuam no AEE ao Surdo nas instituições públicas de ensino⁶, que possuem interesse na área.

Durante as aulas, sempre que se faz necessário, há o intérprete auxiliando na comunicação do professor para com os alunos, porém a maioria dos professores dominam a Libras suficientemente para manter uma comunicação com os discentes surdos.

Durante a vivência diária de seis horas com a equipe, num total de 120 horas ao longo do segundo semestre do ano de 2019. Os docentes apresentaram dedicação ao trabalho, narraram que gostam da profissão, mas estão cientes que trabalham em uma instituição diferente do ensino regular habitual, por possuírem salas bem estruturadas e ventiladas, uma quantidade baixa de discentes em cada sala de aula, que é, em média, entre seis e oito estudantes. Nada parecido com as salas com superlotação em escolas comuns que costumam ter de quarenta alunos ou até mais.

Apesar disso, há a ausência de alguns materiais pedagógicos, principalmente na disciplina de História, sendo uma matéria trabalhada dentro do campo da surdez, exige recursos

⁵ Número de alunos matriculados durante o ano letivo de 2019.

⁶ O curso é organizado pela Secretaria de Educação e ministrados pelos professores lotados no CAS.

pedagógicos diversos, tais como visuais e concretos para as questões abstratas que a própria disciplina envolve. É possível dizer que esse fato aproxima o CAS das instituições de ensino regular, visto que, infelizmente, uma realidade do atual ensino público brasileiro são os recursos pedagógicos escassos, que são necessários para o profissional aplicar suas práticas docentes.

Além do trabalho na escola, precisamos nos lembrar de que ensino não se faz apenas em sala de aula. O aprendizado se inicia desde a entrada do aluno na escola até o seu convívio com a própria família e comunidade. Portanto, o relacionamento interpessoal é de extrema importância, não só do aluno em seus processos sociais, mas do entrosamento da própria equipe pedagógica.

3 Sobre os profissionais que atuam na escola estagiada

O CAS conta com profissionais da educação em regime de Designação Temporária (DT), exceto a diretora, que é efetiva pelo estado mediante concurso público. Além disso, conta-se com duas pedagogas e dois intérpretes, que se alternam nos turnos matutino e vespertino, equipe de limpeza e de segurança de empresas terceirizadas contratadas pelo governo estadual.

Como o estado do Espírito Santo nunca realizou um concurso público para professores especialistas em Educação Especial, ocorre a descontinuidade do conhecimento acumulado e interrompe a aplicação de políticas públicas, afetando diretamente na qualidade desse serviço, além de retrabalho, colaborando, cada vez mais, com a precarização do ensino.

Além da problemática sobre concursos públicos, temos a redução de investimentos financeiros para a área da Educação Especial, conforme apontam Célio Sobrinho *et al.* (2018, p. 43), em artigo sobre recursos públicos para Educação Especial no estado do Espírito Santo. Destacam que:

Ao detalharmos as despesas, focalizando a identificação, a magnitude e a direção do gasto em Educação Especial, observamos que a desvinculação dos gastos com as instituições especializadas e com as escolas estaduais, a partir da contratação das instituições privadas especializadas em Educação Especial, em 2014, possibilitou a análise mais detida da política orçamentária concernente à área de Educação Especial executada pelo governo do estado.

Assim, observamos que o estado do Espírito Santo, historicamente, tem direcionado sua política de financiamento da Educação Especial à rede não estatal de ensino, em detrimento de investir na realização de concursos públicos, a fim de ter ao seu dispor profissionais

capacitados, ou seja, o estado direciona a sua reponsabilidade a instituições filantrópicas, acarretando cada vez mais a precarização do Atendimento à Educação Especial.

A instituição aqui citada possui características de um ambiente mais tranquilo, profissional e unido para o ensino, com troca conjunta de experiências e aprendizados, conforme conversa com profissionais da escola. Haja vista o bom relacionamento de todos os profissionais que se enxergam efetivamente como equipe. É evidente a diferença positiva que esse fator acarreta ao educando, pois ensinar exige um querer bem. Logo:

Estar aberto ao gosto de querer bem, às vezes, à coragem de querer bem aos educandos e à própria prática educativa de que participo. Esta abertura ao querer bem não significa, na verdade, que, porque professor, me obrigo a querer bem a todos os alunos de maneira igual. Significa, de fato, que a afetividade não me assusta, que não tenho medo de expressá-la. Significa esta abertura ao querer bem a maneira que tenho de autenticamente selar o meu compromisso com os educandos, numa prática específica do ser humano. Na verdade, preciso descartar como falsa a separação radical entre seriedade docente e afetividade (FREIRE, 1996, p. 52).

Entender essas relações no espaço escolar, bem como a estruturação do espaço físico, ajuda a compreender o comportamento que os corpos presentes assumem, ou seja, o aspecto extrínseco ao aluno que faz parte do seu dia a dia; portanto, o olhar sobre a constituição física deste ambiente é de suma importância também para entender o processo educacional almejado.

4 Espaço físico

A estrutura da escola é arredondada e nos remete à cóclea ,ou caracol, devido à sua forma, sendo que esta a parte auditiva do ouvido interno. Segundo a gestora do Centro, que pesquisou em sua dissertação de mestrado a história do CAS, os antigos professores da então Escola Especial de Educação Oral e Auditiva entendiam que as salas de aula foram desenvolvidas com o objetivo de oferecerem a melhor acústica. Eles descartavam a possibilidade de a planta da escola ter sido inspirada a partir deste formato, todavia não sabemos de fato sobre essa intencionalidade ou não da arquiteta responsável pelo projeto, pois, com essa medida, há inevitavelmente a recepção de ventilação, iluminação e acústica exatamente por ter aberturas estratégicas em seu centro e por todas as laterais, tornando o ambiente agradável para o processo ensino de aprendizagem.

As salas de aula são padronizadas com janelas de bascula na vertical, funcionando como entrada de luz e ventilação natural tomando mais da metade da parede, isso a torna mais leve

ao olhar e em se tratando de iluminação é menos restritiva para o contato com o ambiente externo.

Trazendo tais reflexões sobre esse ambiente e os sujeitos que ali passam diariamente, observamos um lugar de aprendizado multifacetado, a começar pela sua história, caminhando pela sua arquitetura, organização e, por fim, pela própria prática educacional, sendo extremamente instigante para os historiadores quando dispõem dessas informações enquanto parte de políticas educacionais.

Debater algumas leis e questioná-las integra o pensar em educação. Portanto, assegurado no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, “[...] a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Assim, é de extrema necessidade a defesa diária do presente direito a todo e qualquer cidadão. Portanto, a responsabilidade educacional não é direcionada apenas aos encargos dos educadores e/ou escolas, mas é papel de todo cidadão presente em meio social.

Já no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado à pessoa com deficiência⁷, há destaque para o artigo 208, que enuncia em sete parágrafos o dever do Estado com a educação, sendo que o parágrafo III refere-se ao atendimento educacional especializado aos estudantes público-alvo da Educação Especial. Além, da ordenação da Lei das Diretrizes e Bases Nacionais (LDB) 9394/96 e acrescida do artigo 58, que descreve o que é entendido por educação especial, tais ordenações nos revelam em detalhes o que será assegurado a esses educandos, para que possamos ter um trabalho de excelência a estes.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2013).

Conforme a Lei mencionada, podemos observar que há legislação garantindo o acesso do aluno às escolas regulares. Porém, apenas em 2002 a Libras, importante meio de garantir a inclusão e socialização do surdo na sociedade e o reconhecimento de sua Língua, é legalizada através da Lei 10.436. Com o Decreto 5.626 regulamentado em 2005, fica vidente que é muito

⁷ A denominação “pessoas portadoras de deficiência” foi utilizada na redação da Constituição Federal, contudo, atualmente, o termo oficial e correto definido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Pessoas com Deficiência é PcD, que significa Pessoa com Deficiência, pois ele esclarece que há algum tipo de deficiência sem que isso inferiorize quem a tem.

recente o reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais, que consideramos indispensável para a construção do conhecimento do discente surdo.

Se analisarmos brevemente as implicações de que somente em 2002 a Libras foi reconhecida oficialmente, será possível uma aproximação com os fatos que possibilitaram a constituição dos Centros, que atualmente denominamos CAS.

5 O CAS e sua importância

Em 1974, a escola para surdos foi criada com o nome “Escola Especial de Educação Oral e Auditiva”. A princípio sua proposta pedagógica estava voltada para a oralização do discente surdo, tanto que era denominada na época como “Instituto Oral do Espírito Santo”, e não para a inserção deles na comunidade surda, reconhecendo-os como sujeitos surdos protagonistas em sua vivência social e educacional.

No ano de 2005, a escola foi transformada pela Secretaria Estadual de Educação também em Centro de Atendimento ao Surdo (CAS); portanto, hoje o CAS representa a evidência de lutas, visto que:

Os sinais na escola eram proibidos. Batiam na mão. Era difícil. Nós os tínhamos como segredo. Só falávamos em segredo e fazíamos sinais escondido. Ficávamos vigiando e as professoras não viam. Não podiam ver. (VEIRA-MACHADO *apud* VIEIRA, 2016, p. 39).

Observamos, com isso, que os alunos eram incentivados violentamente à oralização e proibidos de se comunicarem pela Língua de Sinais; para se adequarem aos parâmetros sociais de comunicação esperados e não eram respeitados em sua alteridade.

É neste parâmetro que a reformulação das Escolas Especiais para surdos em Centros de Atendimento ao Surdo, pela Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo, assenta a sua importância, ou seja, para trazer em foco esses cidadãos ao ensino escolar público e de referência para melhor atendê-los, respeitando-os. Mas não deixa de ser uma forma de controle da comunidade surda através de uma política educacional:

O CAS é um local de referência para os surdos, sua implantação no Estado, realizada numa parceria MEC/SEDU, pode ser pensada como uma estratégia de controle da comunidade surda. Isso se dá porque foi feita num momento em que a política neoliberal brasileira, mais precisamente no Governo Lula, passa a movimentar os sujeitos para a “obrigatoriedade do Ensino na Escola Regular, tendo agora a Escola Especial como um local para apoio pedagógico (RECH *apud* VIEIRA, 2016, p. 38).

Para a proposta de educação inclusiva implantada pela SEDU⁸, o discente surdo deveria estar matriculado numa instituição de ensino regular, mais próxima a sua residência, além de ter direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno, na mesma escola ou no CAS. Assim, entendemos que o objetivo é tornar o espaço escolar comum em um lugar de acolhimento e de inclusão dos sujeitos. O ensino na escola regular deve fazer parte do discente surdo, assim como para qualquer outro, no que se refere a sua formação social e educacional, no entanto não deve estar sem o apoio pedagógico dos centros de atendimento ao surdo, quando necessário; e os CASs, por sua vez, se encontram nesta linha tênue. Ambos com suas importâncias específicas e principalmente integradoras.

6 Salas de aula

Pensar as salas de aula também se faz necessário para que possamos entender como é de fato a organização pedagógica do espaço em que o aluno passa a maior parte do seu tempo no âmbito escolar, como ele ali se apresenta e é representado. Como estamos falando de um Centro de Atendimento ao Surdo, as características visuais são evidentes, como em mapas grandes nas paredes, ilustrações em materiais didáticos bem destacados.

Os próprios professores têm o hábito de direcionar as frases e contextos em desenhos no quadro; o trabalho intenso de visualização é de fato muito importante nesse processo, uma estratégia para o ensino eficaz desse perfil de aluno. Aspecto abordado por Vieira (2016, p. 112), refletindo que “[...] são criados recursos visuais que possibilitam ao surdo se ver, entender sua existência como um ser que possui uma diversidade cultural e linguística diferenciada daquela do sujeito não surdo”.

Há materiais que auxiliam o profissional em seu trabalho, como é a questão da sala de Matemática que possui os sólidos geométricos para o contato direto do aluno e, conseqüentemente, o entendimento dele sobre a figura em si que lhe é apresentada teoricamente. A sala de Ciências Naturais possui bonecos anatômicos; a de Física há

⁸ Para melhor entendimento, ver as Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica Para a Rede Estadual de Ensino, disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Diretrizes%20da%20Ed.%20-Especial%20no%20ES%20-%20Sedu.pdf> Acesso em: 20 jun. 2020.

experimentos feitos manualmente pelos alunos; e na sala de Língua Portuguesa há muitos detalhes artesanais no porta-lápis e letras em EVA para jogos lúdicos.

Já na sala de Libras, há a utilização mais concentrada em vídeos, materiais recicláveis, muitas pinturas, gravuras, cores e, em primazia, o trabalho de autorreconhecimento do aluno como sujeito surdo. Posteriormente, o discente é conduzido ao reconhecimento das letras do alfabeto e de palavras que fazem parte do seu cotidiano por meio de jogos simples de formação de palavras, e aprofundado na sala de alfabetização⁹.

Dessa maneira, é neste ambiente que a maioria dos alunos possuem o primeiro contato com a Língua Brasileira de Sinais, visto que, segundo Vieira (2016, p. 93):

[...] é comum que, dentre os surdos que frequentam o CAS, muitos sejam provenientes de famílias não surdas, o que acaba contribuindo para que esses sujeitos tenham um acesso à sua forma própria de comunicação com o mundo apenas a partir do momento em que começam a frequentar a escola.

Para tanto, é necessário destacar a utilização desse espaço por parte dos docentes, visto que, em contato com seus semelhantes, há o seu reconhecimento como aluno e com aluno surdo, assim como indivíduo social ativo. Logo, a inserção e aprendizagem de Libras no mesmo grau de importância que a Língua Portuguesa é ensinada, como sendo também o idioma oficial do Brasil, visto que é fundamental para a sua maior e melhor circulação e popularização, englobando a sociedade geral e não só profissionais da área, democratiza o contato das pessoas a essa língua; um passo inicial e tímido, mas de quebra de estigmas e preconceitos que atravessam essa língua e seus falantes.

7 Sobre os discentes

Diferentemente de uma escola regular em que o professor se desloca de uma sala a outra conforme o término e o início de cada aula, no CAS recorre-se às “salas-ambiente” e são os alunos que se deslocam; não há turmas em si, os alunos são atendidos após serem submetidos a uma avaliação diagnóstica, são divididos em grupos a partir de sua aquisição da Libras, e atendidos em pequenos números, para assim possibilitar uma melhor apropriação dos conteúdos ministrados pelos professores. Os alunos expressam grandes diferenças em seus comportamentos e atendimentos educacionais.

⁹ Estes dados referem-se aos conteúdos ministrados para discentes surdos no nível inicial em Libras.

A exemplo disso, será destacado a seguir três discentes que mais despertaram a atenção durante o período de experiência, seja pela alteridade ou pela sua visão sublime de se reconhecer e conhecer o mundo que o envolve.

Os relatos elencados trazem características de três discentes que foram observados, que nos auxiliam a compreender – mesmo que de acordo com as nossas limitações – suas trajetórias, características e processos, para que assim possamos refletir acerca da importância dos profissionais da área, bem como do próprio CAS.

2.1 Relato 1

O Discente 1 é um surdo que já concluiu o ensino médio na rede particular de ensino e prestará vestibular almejando o curso de Engenharia Mecânica. Ele vai ao CAS todos os dias, às vezes fica em período integral, com o objetivo de reforçar, relembrar e aprender conteúdos que o auxiliem nesse desejo pela Universidade, porém não aceita bem interferências no seu ensino.

Os pais dele não são fluentes em Libras, o que acreditamos que possa ser o motivo do incentivo à oralização, pois esta gera uma sensação de que a deficiência pode ser superada, aproximando-o ao audista (VIEIRA, 2016), prejudicando o seu progresso. Ao mesmo tempo que utiliza a Língua Brasileira de Sinais, ele balbucia, tornando seus gestos pouco entendíveis, inclusive na maior parte das vezes sem sentido, devido ao excesso de informações por ele dividir sua atenção entre a execução de gestos e a fala simultaneamente.

Observando-o na sua rotina escolar, podemos notar que se mostrava verdadeiramente hipnotizado por tudo que lhe é exposto no quadro pelo professor. Não apresenta nenhuma dificuldade de interação com os colegas da escola e funcionários em geral, de aparência tranquila e reservada com momentos mais risonhos e de brincadeiras. Assim nos dá a ideia de que o CAS para ele é um ambiente agradável não só pelo ensino, mas para o seu próprio pertencimento à comunidade surda.

2.2 Relato 2

O Discente 2 é um rapaz de 26 anos de idade que terminou seu ensino médio na rede pública de ensino e se encontra em desenvolvimento no processo da leitura e na escrita. Possui perda auditiva acentuada, severa bilateral.

Aceita bem as regras e rotinas escolares, porém apenas quando são enfatizadas por diversas vezes por uma voz de comando incessante. Tem dificuldades em compreender o que o professor sinaliza, é assíduo, está em processo de desenvolvimento de hábitos de higiene, extremamente curioso, é inquieto desde o horário que chega na escola até o fim do turno de ensino, mas é o aluno que expõe facilmente alegria e carinho a todos, pois a felicidade e o seu carisma são manifestados de forma muito espontânea e diretamente proporcional a sua inquietação física. Portanto, Freire (1997, p. 77) nos faz refletir:

Para que haja disciplina é preciso que a liberdade não apenas tenha o direito, mas o exerça de dizer “não” ao que se lhe propõe como a verdade e o certo. A liberdade precisa aprender a afirmar negando, não por puro negar, mas como critério de certeza. É neste movimento de ida e volta que a liberdade termina por internalizar a autoridade e se torna uma liberdade com autoridade somente como, enquanto autoridade, respeita a liberdade.

Para tanto, o educador precisa ter cuidado para tornar justas e generosas as relações com os seus alunos, de forma que ele possua autoridade sem autoritarismo e preserve a liberdade do aluno, assumindo seus limites criticamente de ser quem é de fato, trazendo o seu aprendizado fora de sala para dentro da escola, cuja maneira diversifica impulsiona o seu meio. Só há a disciplina respeitosa de educação lógica, quando o sujeito se entende e se reconhece no ambiente a qual se encontra, entendendo que possui liberdade nestes parâmetros, mas que para exercê-la é necessário consentir e concernir as regras, bem como a construção das responsabilidades consigo e com o outro (FREIRE, 1997, p. 77).

2.3 Relato 3

O estudante 3 teve em seu nascimento uma hemorragia intracraniana com evolução para encefalomalácia neuropatia auditiva, fazendo com que use um implante coclear, e, de acordo com a documentação a seu respeito na escola, tem Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), é cego do olho esquerdo e tem baixa visão no direito, resultante da falta de oxigenação no cérebro.

Este aluno possui 14 anos, porém seu corpo aparenta cerca de 10 anos de idade. Ele frequenta a sala de alfabetização e a de estudo de Libras, pois são pontos que ainda precisam ser desenvolvidos para que conduza os estudos de matérias específicas.

Consultando seu histórico na secretaria da escola, percebe-se que ele chegou ao CAS em 2015, identificado como uma pessoa agressiva, intolerante à companhia dos colegas da

mesma sala, e ficando nervoso constantemente. Ainda há registros de agressão contra professores e colegas, causando prejuízos materiais e físicos. Não tolera mudanças em sua rotina ou de posições que se senta.

É importante destacar a sua evolução comportamental com o ajuste de medicamentos e o dia a dia do ensino-aprendizagem. Atualmente não é agressivo, ao contrário, é extremamente carinhoso, receptivo, mas continua intolerante a mudanças em sua rotina, causando irritabilidade.

8 Inserção tardia na LIBRAS

Entendemos que, devido à inserção tardia da Libras no processo educacional brasileiro, os alunos mais velhos de idade observados estão em processo de aprendizado para melhor se comunicarem com os seus pares e a realizarem atividades simples do dia a dia, como pegar ônibus ou ir ao banco, e até mesmo estão sendo alfabetizados no português escrito, ou seja, tendo acesso à Educação Básica de forma tardia e mais desafiadora, pois

[...] a consolidação da Educação Especial é um dos caminhos necessários para que asseguremos o direito de educação a todos os cidadãos. Compreender esse atendimento na perspectiva inclusiva é perceber a educação tendo por pressuposto a diversidade e integridade dos indivíduos. Diante disso, apesar dos avanços alcançados ao longo dos últimos anos no campo das políticas públicas educacionais para a Educação Especial, ainda há muito para ser feito (PANTALEÃO *et al.*, 2018, p. 99).

No CAS, houve contato apenas (infelizmente) com um único aluno de 23 anos que está cursando Arquitetura e Urbanismo em uma faculdade particular na região da Grande Vitória, e que tem pouca frequência no Centro, se comparado com os demais. Seu objetivo é melhorar a fluência em Libras, com isso acaba ajudando e interagindo bastante com os colegas.

É necessário destacar que ele é oralizado. Situação que pôde ser percebida por meio de diálogos diretos. Segundo o referido, este é um fator decisivo para a sua entrada no ensino superior, visto que torna a sua comunicação com os professores e colegas da instituição mais facilitada, mesmo sem a presença do intérprete que o acompanha nas aulas; todavia, ele é o único surdo na sala.

A cada semestre, os alunos são descritos dentro de um relatório de desenvolvimento individual por cada professor, que assinala qual foi o desempenho cognitivo, a participação, convívio social, conteúdos trabalhados no trimestre, as habilidades que o aluno adquiriu do

conteúdo ministrado, as dificuldades que apresentou, quais foram as estratégias utilizadas para o auxiliar em suas dificuldades e a opinião geral do professor.

Esse relatório de aprendizagem tem como objetivo analisar e registrar os avanços na aprendizagem dos discentes durante o espaço de tempo de aprendizagem, quesito de extrema importância dentro da Educação Especial, assim como as questões as quais está tendo maior ou menor dificuldade, para que, assim, o conteúdo seja adaptado da melhor maneira as suas particularidades, sem deixar de lado o seu protagonismo no ensino, a fim de melhorar o seu desenvolvimento frente às próximas atividades.

10 Considerações finais

Toda e qualquer reflexão é instigante e nos faz repensar de fora o nosso âmago. Não é tarefa fácil, pois nos faz rebater e debater sobre nós; falar do outro é tarefa fácil, mas, quando a fala é inclinada sobre nós mesmos, torna-se desafiador.

Neste relato de experiência do estágio, é extremamente importante estarmos prontos para sairmos do lugar de aconchego e nos preparamos aos novos aprendizados, e foi isso o proporcionado. O medo inicial, aquele medo paralisante que nos vence antes mesmo de tentar (FREIRE, 1997), por vezes, emergiu-se, mas o medo pode ser transformado em um aliado na medida em que o usamos como forma de repensar a própria prática docente, conforme aponta Freire em seu livro “Professora sim, tia não” (1997).

Portanto, precisamos entender em primazia as razões que nos provocaram o medo (o desconhecido, uma escola diferente do convencional), quais possibilidades eram colaborativas para enfrentar este e, por fim, o que eu poderia fazer de fato para enfrentar esse obstáculo.

Durante esse período de experiência na escola para a realização do estágio supervisionado, concluímos que fazer licenciatura é entender que não se estuda para ensinar, mas para aprender; e que devemos estar engajados a isso.

O fato é que a educação é um desafio imensurável, é a busca por ressignificação constante como profissional e como ser humano, procurando o maior aproveitamento da alteridade dos alunos e aprendendo sobre a humildade, que, para Freire (1997, p. 37):

É de modo algum, significa falta de acato a nós mesmos, acomodação, covardia. Pelo contrário, a humildade exige coragem, confiança em nós mesmos, respeito a nós mesmos e aos outros [...]. Sem ela dificilmente ouviremos com respeito a quem consideramos demasiadamente longe de nosso nível de competência.

Nesse contexto, a célebre frase “cada aluno é um universo” teve uma significação subjetiva maior, porque cada aluno requer de nós um estudo aprofundado, um olhar crítico, uma elaboração didática da matéria e do material de forma criativa, distinta e incisiva, até quando exposta, por exemplo, em um simples quadro branco. Na verdade, requer um ser humano cada vez melhor e mais empenhado de nós, com olhares ponderados e apurados.

Entendemos que o CAS é extremamente importante para os discentes surdos e para a comunidade surda. Ele integra, respeita, cuida, acolhe e incentiva os alunos; ele efetivamente os atende, respeitando o tempo de cada um – ponto que atuais escolas regulares de ensino carecem. E os profissionais atuantes ali, por vezes, acabam se tornando conselheiros, auxiliares nas tarefas diárias, a exemplo do que falar no banco, qual médico especialista procurar, qual ônibus embarcar, ensinam sobre higienização, entre outros.

Sendo assim, o papel da escola não é apenas garantir a aprendizagem do conhecimento e desenvolvimento de habilidades específicas, mas também garantir o ensino da autonomia e autoleitura do aluno sobre quem ele é, a capacidade de aprender a ler e interpretar a sociedade que o cerca e, com isso, tornar-se agente ativo e consequentemente transformador do meio, com criticidade e inquietação investigativa necessárias para se melhorar como sujeito social.

Destacamos a paciência, cuidado, o amor, sendo que amor, não porque é um ato de coragem, o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação. Mas, esse compromisso, porque é amoroso, é diálogo (FREIRE, 1987) que cada um possui.

Com todo esse tempo de observação, esperamos ser inquietos e sedentos pelo novo, para entendermos e exercermos na prática os processos educacionais inclusivos e críticos, assim como os profissionais que compartilharam um pouco de suas experiências. A gratidão pela oportunidade de aprender com cada um e o crescimento obtido como profissional, principalmente como pessoa, ficam expostos nestas páginas. Por fim, trabalhar (e estudar) durante o período de férias nunca foi tão prazeroso e instigante.

Referências

BENTHAM, Jeremy. O Panóptico. *In*: BENTHAM, Jeremy *et al.* TADEU, Tomaz (org.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 18-87.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20L%C3%ADngua%20Brasileira,Art. Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 abr. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.535, de 15 de abril de 1977. Altera o Capítulo IV do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a Férias, e dá outras providências. Constituição Federal do. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 16 abr. 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1535.htm. Acesso em: 21 set. 2020.

CELIO SOBRINHO, Reginaldo; OLIVEIRA, Gildásio Macedo de; PANTALEÃO, Edson. Recursos Públicos para Educação Especial: identificação, magnitude e direção do gasto social. **Caderno de Pesquisa**, Vitória, v. 25, n. 3, p. 29-45, jul./set. 2018

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** – 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p.52.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: Cartas para quem ousa ensinar**. ed. Olho D'água: São Paulo, 1997. p.77.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido** – 66ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018, p.47.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Orgs.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RECH, Tatiana L. Inclusão educacional como estratégia biopolítica. *In*: FABRIS, Eli t. H.; KLEIN, Rejane R. (Orgs.). **Inclusão e Biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

VIEIRA, Eliane Telles de Bruim. **Práticas de Hipervalorização de diferentes modos de ser surdo no contexto educacional do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às pessoas com surdez (CAS) no Estado do Espírito Santo.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. p. 21-105.

VIEIRA-MACHADO, Lucyenne Matos da Costa. **Os surdos, os ouvintes e a escola:** narrativas, traduções e histórias capixabas. Vitória: EDUFES, 2010.

PANTALEÃO, Edson; HORA, Júnio; GASPAR, Ronan Salomão. Políticas de inclusão e trajetória escolar de estudantes público-alvo da educação especial: da educação básica ao ensino superior. *In:* VICTOR, Sônia Lopes; VIEIRA, Alexandre Braga; OLIVEIRA, Ivone Martins de. **Educação especial inclusiva:** conceitos, medicalização e políticas. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2018.

COMO REFERENCIAR ESTE TRABALHO CONFORME ABNT

RODRIGUES, Brenda de Almeida; HORA, Júnio; VIEIRA, Eliane Telles de Bruim. A formação docente por meio do estágio supervisionado: notas de uma experiência. **Revista Pró-Discente**, Vitória, v. 26, n. 2, p. 13-30, jul./dez. 2020.